



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 764, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

PROTÓCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução 764/2023

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 14/02/23 Horário _____

Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Velho para legislatura de 2025 a 2028 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 28, a alínea "f", e artigo 137, §1º, inciso IV, ambos da Resolução nº 254/CMPV-91 – Regimento Interno, combinado com os artigos 48, o inciso VIII, e artigo 54, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu, MÁRCIO PACELE VIEIRA DA SILVA, na qualidade de seu Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Velho para a Legislatura 2025/2028, é fixado nos seguintes valores:

I – R\$ 19.803,83 (dezenove mil, oitocentos e três reais e oitenta e três centavos), a partir de 1º de janeiro de 2025;

II – R\$ 20.864,78 (vinte mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA**

Câmara Municipal de Porto Velho, 13 de fevereiro de 2023.


MÁRCIO PACLE
PRESIDENTE



JÚNIOR QUEIROZ
1º VICE-PRESIDENTE


EVERALDO FOGAÇA
2º VICE-PRESIDENTE


JURANDIR BENGALA
3º VICE-PRESIDENTE


GILBER ROCHA MERCÊS
1º SECRETÁRIO


VALTINHO CANUTO
2º SECRETÁRIO


WANOEL CHAVES MARTINS
3º SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade recompor os subsídios dos membros desta Casa, a fim de corrigir a desproporcionalidade existente em relação a remuneração de parlamentares de municípios/capitais de mesma envergadura e, inclusive, em relação a outros cargos de mesma estatura constitucional no âmbito do próprio município, além de corrigir as perdas acumuladas frente ao processo inflacionário.

Registre-se que o valor vigente do subsídio foi estabelecido pela Resolução nº 643/CMPV-2020, de 23 de dezembro de 2020, e os efeitos da presente Resolução só terão início em janeiro de 2025, de modo que é evidente a grande defasagem inflacionária.

Além disso, a recomposição da proposta está em conformidade com os dispositivos constitucionais que regem a matéria, em especial ao disposto no artigo 29, inciso VI, alínea “e”, da Constituição Federal.

A proposição é compatível, também, com o estabelecido no artigo 37, incisos X e XI, da Constituição Federal, os quais garantem a revisão dos subsídios e estabelecem os limites dos subsídios nos entes políticos.

Salienta-se, inclusive, que o subsídio fixado para vigência apenas em 2025, na próxima legislatura, é inferior ao atual subsídio do Prefeito.

Destacamos, ainda, que a propositura está em consonância com o disposto na Lei Orgânica do Município de Porto Velho e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho/RO.

Insta destacar, por fim, que a presente proposição não atrela o valor do subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Porto Velho àquele percebido pelos Deputados Estaduais do Estado de Rondônia.

Ademais, embora o valor do subsídio a que os Deputados Estaduais fazem jus, fixado por meio da Lei nº 5.530, de 20 de janeiro de 2023, tenha sido considerado para o cálculo dos valores previstos na presente propositura, não se estabelece qualquer tipo de vinculação ao referido subsídio. A consideração do valor recebido pelos Deputados Estaduais é decorrência



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA**

da própria Constituição Federal, a qual estabelece como parâmetro o valor recebido pelos parlamentares estaduais.

Com essas razões, pedimos o apoio e a aprovação da presente propositura aos nobres Pares.

Câmara Municipal de Porto Velho, 13 de fevereiro de 2023.


MARCIO PACELE
PRESIDENTE


JÚNIOR QUEIROZ
1º VICE-PRESIDENTE


EVERALDO FOGAÇA
2º VICE-PRESIDENTE


JURANDIR BENGALA
3º VICE-PRESIDENTE


GILBER ROCHA MERCÊS
1º SECRETÁRIO


VALTINHO CANUTO
2º SECRETÁRIO


WANOEL CHAVES MARTINS
3º SECRETÁRIO